

SOCIEDADE CIVIL E GESTÃO DA CULTURA: RELEVÂNCIA E MEIOS PARA A PARTICIPAÇÃO

Tatiani Távora¹

RESUMO

Este artigo nasce da carência no entendimento das motivações que levam a sociedade civil, organizada ou não, a envolver-se de forma ativa no campo da gestão participativa da cultura. O texto visa construir ou desconstruir as motivações que aproximam ou distanciam as pessoas desse lugar de interferência na gestão da cultura e da identidade do corpo social. A matéria busca levantar métodos e práticas que possibilitem o distanciamento da sociedade civil do lugar de “apenas” consumidor da cultura, métodos esses que possibilitem traçar um caminho de investigação que possa vislumbrar meios pelos quais a população participe de maneira ainda mais significativa da gestão da cultura – ou ao menos que possam aproximá-la do interesse de como pode se dar o funcionamento da gestão participativa. Esta pesquisa diverge da ideia de que o lugar da sociedade civil seja apenas de espectador que outorgou a outras pessoas, especialistas com seu *habitus*² diferente do *habitus* que a maioria de nossa sociedade tem, o poderio sobre as decisões de gestão da cultura.

Palavras-chave: Gestão. Cultura. Participação. Gestão.

ABSTRACT

This article rises from the need of understanding the motivations which lead a society, organized or not, to take part actively in the field of participative cultural management. Building or deconstructing the motivations which bring people close or apart from this place of interference in cultural management and from the identity of the social block. Raising methods and practices which enable the distancing from this society to the position of mere consumers of culture, methods which will provide

¹ Escritora, produtora e gestora cultural. Formada no Curso Sesc de Gestão Cultural, turma 2016/2017. Atua em diversos projetos culturais nas cidades da região metropolitana da Baixada Santista/SP. Escritora colunista e de artigos publicados pela web. E-mail: tatianitavora@gmail.com.

² A diferenciação dos hábitos e das atitudes culturais não depende só das diferenças das condições de vida, de trabalho, dos níveis de educação, ou, mais amplamente, do ambiente sociocultural dos indivíduos. Ela também depende diretamente de características ligadas à educação recebida na infância e na adolescência no seio da família, que dá toda a sua força ao conceito de *habitus* mobilizado na sociologia de Pierre Bourdieu (COULANGEON, 2011).

the possibility of tracing a path of investigation in order to find means through which the population can significantly participate in this management, or at least bring people to become interested in the functioning of participative management. So that the society will no longer be passive spectators, who lay upon specialists and their knowledge built far from the comprehension of common society, the control over decisions regarding cultural management.

Keywords: Management. Culture. Participation. Education.

INTRODUÇÃO

Trabalhar na gestão em âmbitos públicos (sociais, culturais, etc.) significa viabilizar ações que respondam às necessidades de uma sociedade (RAICHELIS, 2000, p.1). Uma vez que essas necessidades, que nascem na sociedade, são o âmago em uma política pública, podemos afirmar que a sociedade é o início (origem das necessidades) e o fim das políticas e gestões em uma sociedade.

Não há como diagnosticar uma realidade sem que haja um diálogo permanente com a sociedade civil, instância central desse processo de gestão participativa da cultura. E quem poderá melhor auxiliar nesse processo de diagnóstico que aqueles que, usando de analogia, sofrem com uma possível “doença” e com os sintomas dela?!

Com o desvendamento da realidade, caberá ao especialista traduzir isso de maneira que se encaixe dentro de uma literatura especializada, auxiliando no enredamento das hipóteses, transformando-as em possíveis resoluções para a gestão.

Para pensar uma política e uma gestão de cultura que sejam eficazes, é preciso conhecer o que acontece em seu entorno e traçar metas de desenvolvimento do repertório da informação cultural de determinada comunidade, sem preconceitos elitistas e populistas. (BOTELHO, 2016, p. 43)

O presente artigo não tem como premissa desconsiderar, em nenhuma hipótese, a vasta instrução com a qual os acadêmicos e especialistas contribuem para o pensamento cultural. Apenas, uma vez valorizada a presença desse conhecimento, entender que a sociedade pode voltar seu olhar para a existência não majoritária que exerce nessa participação na gestão.

Cabe-nos aqui apontar se, uma vez esmiuçadas as razões que possibilitam uma maior participação da sociedade nesse trâmite de gestão, ela se

torna reconhecida pelo corpo social como uma vertente importante dentro do leque abrangente do pensamento cultural. Ou seja, vislumbrar a hipótese de que, uma vez que a sociedade civil experimente a participação ativa no processo da gestão da cultura, dê início a um processo de compreensão de que seu engajamento também é fundamental no campo cultural. Em analogia, seria como constatar que o sucesso de um espetáculo teatral esteja intimamente ligado ao interesse e à participação da sociedade como público daquela expressão artística.

Antes mesmo de discorrer sobre métodos que contribuam para uma maior participação dos membros da sociedade, caber-nos-á investigar e apontar possíveis fatos que contribuam para que essa atuação não seja majoritária dentro do campo da gestão participativa da cultura.

Há a consciência de que a participação civil nesse processo nunca atingirá a totalidade, uma vez que se acredita que o termo “participação massiva” não tenha ligação com a obrigatoriedade de participação de toda a sociedade civil. Mas, antes, nos cabe apontar práticas de participação que instiguem o imaginário do coletivo não especializado sobre a importância de sua participação e, com isso, aumentar o número de participantes da sociedade civil no planejamento e nas tomadas de decisões sobre o fazer cultural.

Lazer são serviços que o consumidor se proporciona a si mesmo; nesse sentido, a satisfação que deles retira é indissociável do fato de que ele próprio é seu produtor. Como lazeres, essas atividades perdem seu sentido se forem delegadas. Lazer são atividades não delegáveis. (HERPIN; VERGER apud BÉRA; LAMY, 2015, p. 58)

Se pudéssemos traçar um paralelo sobre o significado de “lazer” aqui empregado associando-o ao pensar cultural, poderíamos chegar ao consenso de que a cultura ou as decisões sobre a sua gestão não poderiam ser delegadas única e exclusivamente a grupos em que não estivessem inclusos membros da sociedade civil. Partindo dessa premissa, a identidade cultural de uma sociedade poderia ser identificada de maneira ainda mais intrínseca em sua população se a ela fosse dada a permissão deliberada de tomar as suas decisões ou, ao menos, se estivesse ostensivamente nítido o fato de que suas opiniões têm lugar significativo nessa mesa de debate.

COMO É DEFINIDO O ATO DE PARTICIPAR

Para dar um direcionamento à presente discussão, primeiro vamos definir os possíveis significados do termo “participação” no contexto cultural.

O professor Victor J. Ventosa (2016, p. 61) diz que, para podermos falar sobre os métodos de *participação*, ou para ensiná-los, é preciso, antes, definir, de maneira focal, esse conceito. Ventosa afirma que, etimologicamente, o termo “participação” tem a ver com *tomar parte* e, para podermos embasá-lo, reforçá-lo e trazer novas perspectivas a ele, podemos fazer uso de mais três terminologias, a saber: compromisso, compartilhamento e comunicação.

O compromisso pode ser delineado como a maneira pela qual o indivíduo sai da inércia e passividade e entra em contato com a primeira instância da participação, o que Ventosa aponta como o primeiro pilar nessa discussão, a ação. A decisão prática sobre participar de algo instantaneamente coloca o ator em movimento, em busca por uma resposta para seu questionamento, ou, ainda, desloca-o ao encontro do objetivo.

O ato de compartilhar apoia a ação anterior e coloca o ser humano em contato com o grupo no qual está inserido – ou com o qual deseja discutir. Um indivíduo não aspira a participar de algo de que julga que caminhará sozinho; antes, pressupõe-se que o desejo de compartilhar já o coloca em familiaridade com a necessidade de estar em contato com outras pessoas que, a princípio, desejam chegar a um denominador comum diante de alguma questão.

Podendo ir mais longe nas conjecturas, entendemos que a ação de comunicar traduz a premissa de que um sujeito – ou entidade – entende que não possui as respostas para questionamentos coletivos e que, entrando na intimidade de expor suas falas, coloca-se no lugar de aprendiz, assim como no lugar daquele que pode ampliar os resultados das indagações do coletivo.

O ato de comunicar, no que se refere à participação, amplifica o objetivo inicial, pois angaria não mais um sentido vindo de uma única fonte; antes, coleta todo tipo de interferência possível para tornar o resultado ainda mais praticável e expandido.

Em síntese, trazendo as definições para o campo da nossa pesquisa, podemos definir o termo “participação” como sendo uma maneira de “tomar parte” em uma discussão, com o compromisso de focar no melhor funcionamento da gestão para o bem público e compartilhar essas decisões em um determinado grupo, a fim de debater e encontrar o melhor resultado; e, a partir daí, comunicar as soluções encontradas por esse grupo para o maior número de pessoas e grupos possíveis, com o intuito de validar tais soluções e, quem sabe, promover sua replicação em outros grupos e contextos.

DESCONSTRUINDO A PARTICIPAÇÃO OBRIGATÓRIA³

Neste tópico, abordaremos a problemática da premissa de que a participação é obrigatória no campo cultural, isto é, o fato de todo ser humano interessado em cultura e/ou em política ser obrigado a participar de sua gestão. Antes de se pensar em obrigação, é preciso levar em conta que até a participação, por mais que seja encarada como um ato de evolução social – ou de grande importância voluntária – é algo que precisa ser aprendido e, para tanto, instigado no indivíduo (VENTOSA, 2016, p. 58).

Na questão da participação acontece algo semelhante com o que ocorre com os públicos da cultura. Temos como um paradigma transcendental o fato de que as expressões artísticas, aqui definidas por “cultura”, devem ser usufruídas pela sociedade apenas por existirem e estarem disponíveis, sem nunca levar em conta o quesito do gosto, pessoal ou coletivo. Ou, ainda, da significância ou representatividade das diversas vertentes culturais para determinada sociedade e/ou coletivo.

Não podemos cometer o erro de assingelar o pensamento, presumindo que é obrigação de todo um povo participar com fervor das questões envolvendo sua identidade e sua cultura. Antes, é preciso considerar o quanto é comum em nossa sociedade valorizar os comportamentos intelectuais da pronta adequação. Ou, o quanto é corriqueira a manipulação do pensamento, colocando-nos em uma posição de fragilizados e, por isso, não responsáveis, ou – o que é ainda pior – “reclamões”, acostumados a responsabilizar aqueles a quem “entregamos o poder” de decidir por nós, como se não houvesse participação nossa também nesse ato.

Em vão seria pensar que todos os indivíduos socialmente ativos teriam dever sobre a participação sem ao menos terem um contato com tal instância; sem saber valorizar os benefícios que a participação pode trazer diretamente à vida em comunidade; sem experienciar os resultados de uma participação, em qualquer vertente ou instância; sem, ao menos, terem tido a oportunidade de aprender sobre participação em algum momento de suas vidas públicas ou educacionais.

³ As ideias aqui propostas não têm como finalidade encontrar possíveis razões que levem a justificar o julgamento do baixo protagonismo do corpo social nas questões relacionadas à participação na gestão cultural. A intenção é, primeiramente, encontrar explicações razoáveis para o baixo protagonismo, e com elas, traçarmos caminhos que nos levem em direção ao distanciamento de um cenário supostamente pouco favorável.

EDUCAR PARA PARTICIPAR X PARTICIPAR PARA EDUCAR

Importante fato a ser investigado é o potencial educacional existente na participação que, por mais que seja encarada como um ato de transformação social, é algo que precisa ser aprendido e despertado no ser humano.

[...] Temos de partir da consideração da participação não como algo inato (ainda que pareça inata a sociabilidade humana que a faz possível e necessária), e sim adquirido. Quer dizer que é necessário ensinar a participação para poder aprendê-la. E, além disso, para que esse aprendizado se consolide e se transfira, requer uma metodologia processual e progressiva, motivadora e ativa. (VENTOSA, 2016, p. 58)

Victor J. Ventosa, em seu livro *Didática da Participação* (2016, p. 59), define a “animação sociocultural” como uma didática de participação. E, se pararmos para fazer uma análise em retrospectiva, uma das primeiras aproximações com qualquer tipo de didática e, ainda, animação sociocultural, é a fase escolar.

Podemos levar em conta, então, que a educação e a participação – seja esta última em que alçada for – estão intimamente ligadas e, por esse motivo, devemos levar em consideração o perfil de nossa educação, para podermos chegar em algum ponto substancial dentro dessa dinâmica do entendimento da participação. Cabe apenas lembrar que o intuito principal é chegarmos a um denominador comum quanto às possibilidades da participação social no processo da gestão da cultura de um povo. E, por mais que não possamos nos furtar a uma crítica pessoal, o propósito é trazer às claras as razões de uma possível não participação, conjecturando essas motivações.

[...] A melhor e mais completa maneira de saber o que é a participação é participando. Sobretudo tendo em conta que o conceito de participação é de natureza axiológica e, como tal, por pertencer ao mundo dos valores, para poder chegar a assimilá-lo, há que experimentá-lo ou vivenciá-lo. Por isso, [...] para poder participar, além de saber fazê-lo deve-se querer fazê-lo. (VENTOSA, 2016, p. 64)

Sobre o quesito “querer fazê-lo”, registramos, com base em uma investigação empírica de dez anos de observações no ambiente da escola pública, que cada vez menos permitimos a nossos alunos participarem do seu próprio aprendizado. O que vimos e vemos são crianças e jovens submetidos a um modelo antigo e não funcional de didática escolar. E não falamos aqui de conteúdos, assunto que poderia ser investigado de maneira mais profunda e por especialistas, mas da dinâmica decidida por poucos indivíduos que é repassada para milhares de estudantes em uma das fases mais importantes e críticas de suas vidas.

Ventosa (2016, p. 65) levanta a questão de que, para aprender a participar de forma mais produtiva, faz-se necessário que a participação seja encarada como uma experiência positiva, de maneira que essa prática seja percebida como algo valioso, uma prática tida como benéfica; o que claramente não ocorre na fase educacional, sobretudo em escolas públicas, onde estão a maior parte dos indivíduos em fase escolar.

O que temos visto acontecer, salvos alguns expoentes, são cidadãos não estimulados a participar de quaisquer decisões, metodologias ou inserções. O que temos visto ao longo de muitos anos são pessoas conduzidas à obediência das práticas educacionais específicas de cada escola, o que nada tem a ver com participação ou interação em um ambiente de aprendizado.

Não falamos aqui dos vocacionados por nascença, mas da grande massa presente nas escolas públicas, que, em muitos casos, aprende desde cedo, em casa também, que a escola é necessária para a obtenção de uma certificação, ou para o cumprimento de uma etapa social, ou, ainda, para refrear o penar jurídico. No conjunto de planos sobre a educação, a percepção de que o aluno de agora é um futuro e importante membro da sociedade encontra-se quase que no esquecimento.

A distorção com o foco principal da educação vem ocorrendo há muito tempo, todos nós sabemos disso, discutimos isso – em menor ou maior grau –, mas esse modelo educacional, somente nessa questão da motivação pela participação, do gosto pela participação, parece ter uma força quase que contrária em nossa sociedade. Óbvio que temos conhecimento de casos que conseguem burlar o modelo absolutista, sendo louváveis e admiráveis, mas, frisamos, em se tratando de uma sociedade tão ampla como diversa, não podemos nos satisfazer com situações pontuais.

Talvez, uma das possíveis explicações para a não predominante participação da sociedade civil, organizada ou não, na gestão da cultura seja esse modelo mental imposto e propagado durante a fase mais crítica da vida humana, a escolar, em que deveria haver a primeira assimilação do que é a participação, a primeira experiência de participação social.

De acordo com Ghon (2006, p. 33), o processo de descentralização de poder dentro do âmbito educacional brasileiro não obteve sucesso. O poder de decisão ainda continua sendo uma vertente unilateral, geralmente das instâncias superiores, para que ao aluno, razão de existência do ambiente, caiba apenas o papel de obedecer. O autor argumenta ainda que os pais desses alunos, além de não preparados para entender e discorrer sobre as questões cotidianas, não possuem mais o tempo necessário para se fazerem presentes no ambiente escolar.

Só exercem uma participação ativa nos colegiados das escolas aqueles pais com experiência participativa anterior, extra escolar, revelando a importância da participação dos cidadãos em ações coletivas na sociedade civil. O caráter educativo que essa participação adquire [...] prepara os indivíduos para atuarem como representantes da sociedade civil organizada. E os colegiados escolares são uma dessas instâncias. (GOHN, 2006, p. 33)

Furtando-nos da premissa de fracassos geracionais, sabemos que a capacidade humana, conjuntamente com uma série de esforços coordenados, é capaz de nos conduzir para fora desse modelo educacional falho (do ponto de vista de educar para a vida em sociedade). Porém, temos agora em mente que a contribuição improdutiva no aprendizado sobre participação obtida no ambiente escolar pode gerar um atraso significativo no pensamento do corpo social. E, depois dessa clareza, não podemos contar com uma espécie de sortilégio que nos arremesse em direção à participação da gestão da nossa cultura – ou a qualquer outra participação ativa em alguma instância social – se o que foi assimilado por nós, lá nos primeiros momentos de aprendizado, foi exatamente o oposto à participação.

Posto isso, não podemos cometer a imprudência de atribuir a apenas uma instituição a matéria do aprendizado para a participação. Podemos, e devemos cada vez mais, ampliar o leque de possibilidades, agregando cada instância de aprendizado com suas particularidades, a fim de dar conta de uma sociedade que possua as ferramentas necessárias para uma participação eficaz.

MÉTODOS EDUCATIVOS SOBRE A PARTICIPAÇÃO - INSTITUCIONALIDADES

Como **educação informal** podemos incluir o papel, cada vez mais expressivo, que os meios de comunicação exercem no aprendizado da sociedade. Com sua próspera manifestação nos últimos tempos, contribuindo para uma enorme quantidade de informação que povoa a intimidade das pessoas, os meios de comunicação alteraram de alguma forma a maneira como os indivíduos enxergam o espaço que habitam – sem quereremos julgar se tal aprendizado é positivo ou negativo (VENTOSA, 2016, p. 85).

Ao tratar da **educação formal**, por sua vez, faz-se necessário esmiuçar a instituição escolar que, por seu caráter de obrigatoriedade, acaba por deter um público cativo. A escola, então, oferece uma sistematização da socialização precoce dos indivíduos, proporcionando a eles compensações de quaisquer desigualdades vindas do ambiente familiar (BOTELHO, 2016, p. 53).

A educação formal eficaz tem na participação dos alunos de uma instituição de ensino, seja ela de que grau for, um avanço em suas relações socioafetivas, contribuindo para o êxito pedagógico, uma vez que, como

explica a neurociência, todo aprendizado é mediado pela significação emocional (VENTOSA apud RODRIGUÉZ). Ventosa (2016) afirma que o uso de estratégias de cooperação contribui para um avanço de rendimento, cognitivo, crítico e de autoestima, desenvolvendo uma evolução na maneira como o indivíduo passa a enxergar a comunidade escolar, assim como o conteúdo a ser trabalhado, aumentando a aceitação entre seus pares, inclusive daqueles antes excluídos por serem menos capazes. O autor aponta ainda que a cooperação causa efeitos mais favoráveis ao aprendizado do que à competição e/ou ao individualismo.

A **educação não formal** constitui-se pela intencionalidade na ação, no ato de participar, de aprender, de transmitir ou de trocar saberes (GOHN, 2006, p. 29). Esse tipo de método educacional não traz consigo o peso da obrigatoriedade de sucesso para a obtenção de uma certificação, antes, tem (também) em seu propósito gerar meios que incluam (ou situem) o indivíduo no corpo social. Tudo isso de uma maneira não necessariamente explícita, mas sim dentro de um processo repleto de interatividade, tão almejada pela atualidade, o que em si só faria contraponto com o perfil de nosso atual sistema de educação formal, que é impositivo, em que o especialista (professor/diretor) dita a regra do jogo, e o foco do sistema (o aluno) tem o papel de espectador apenas.

Ventosa (2016, p. 84) argumenta que a educação não formal tem seu lugar fundamental dentro da família do sujeito, porém, quando ela pode ser agregada ao âmbito associativista, por meio da participação em movimentos juvenis de tempo livre, por exemplo, eleva o êxito do aprendizado à participação, que acaba por proporcionar um ambiente mais passível da animação sociocultural propriamente dita. Todos os esforços, assim, transfiguram-se para verdadeiros laboratórios geradores de inovações educativas e, de maneira próspera, vão sendo assimilados até para dentro das unidades de educação formal.

PROJETOS POLÍTICOS, OS CONSELHOS E ALGUNS DESVIOS

No Brasil, consolidadas manifestações de cidadania vieram por meio da movimentação popular no período de resistência ao regime militar. Entreviui-se a ampliação da participação da sociedade civil no projeto político democratizante a partir do instante em que esse movimento de adesão à participação popular resultou na criação dos Conselhos Gestores e Orçamentos Participativos (DAGNINO, 2004, p. 99).

Com o enfrentamento da sociedade civil à ditadura, os conselhos passaram a significar uma nova institucionalidade que, desde então, é vista como um espaço que precisa ser ocupado pela participação popular, em que, até aquele momento, tal sentimento de pertencimento e participação

era inconcebível. Por meio da organização da sociedade civil em conselhos, um canal de comunicação é imediatamente estabelecido entre o Estado e a população, iniciando-se, assim, um processo de interlocução entre esses atores. Por consequência, surge um movimento de modificação do Estado e de suas tendências clientelistas, ao mesmo tempo em que o pensamento da sociedade civil passa a ser motivado a transcender os interesses particularistas (RAICHELIS, 2000, p. 11).

A sociedade passa a sofrer com um antagonismo de projetos políticos⁴, segundo Dagnino (2004, p. 95): em uma ponta, o projeto político democratizante e participativo, iniciado com a Constituição Federal de 1988 e, na outra ponta, o projeto neoliberal que visa minimizar gradativamente a responsabilização do Estado, transferindo-a para a sociedade civil⁵. Como dois projetos políticos com resultantes tão diferentes podem ocorrer em uma mesma sociedade?

Meu argumento é então que a última década é marcada por uma confluência perversa entre esses dois projetos – por perversa, me refiro aqui a um fenômeno cujas consequências contrariam sua aparência, cujos efeitos não são imediatamente evidentes e se revelam distintos do que se poderia esperar. A perversidade estaria colocada, desde logo, no fato de que, apontando para direções opostas e antagônicas, ambos os projetos requerem uma sociedade civil ativa e propositiva. (DAGNINO, 2004, p. 96-97)

Uma disparidade entre esses dois projetos intensifica-se quando ocorre um deslocamento de sentido, e expressões como “sociedade civil”, “participação” e “cidadania” ganham significados diferentes em cada um dos projetos.

No projeto neoliberal, a **sociedade civil** passa a ser definida apenas por organizações não governamentais (ONGs), a tal ponto de uma instância designar a outra. Esse deslocamento de sentido passa pelo esforço do poder público em se esquivar de agentes politizados dos movimentos sociais anteriores, encontrando nas ONGs parceiras, vide prestadoras de serviço capitalizadas, disposição para assumir essa transferência de responsabilidades do Estado, tão comumente encontrada no projeto político neoliberal. De um lado, a ONG submete-se perante o Estado a tratar comercialmente de sua prestação de serviços; de outro; intitula-se representante da sociedade civil. Trata-se de duas situações díspares e difíceis de

⁴ O termo “projeto político” aqui está significando o conjunto de crenças, interesses, concepções de mundo, representações do que deve ser a vida em sociedade, aquilo que orienta a ação política dos diferentes sujeitos. Para aprofundamento sobre a comparação dos projetos políticos e o termo “confluência perversa” aqui utilizado, consultar Dagnino (2004).

⁵ Ibid.

se conciliar, pois a atuação das ONGs acaba por se pautar na vontade de seus diretores, e não mais no bem comum ou na causa (DAGNINO, 2004, p. 99).

A participação passa pelo deslocamento de um sentido positivo com a deturpação de sua essência por meio da marginalização dos movimentos sociais.

Podemos citar exemplos dessa marginalização: a aparente campanha midiática sofrida pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e, mais recentemente, outros movimentos/manifestações populares, atuantes na exigência de direitos ou, ainda, na demonstração de discordâncias com as atitudes dos governos.

A quase nítida intenção político-midiática de difamar movimentos de participação acaba por descredibilizá-los perante seus pares, membros do mesmo corpo social, que, influenciados pela mídia e, em alguns casos, sem condições de fazer qualquer análise distanciada das influências que sofreram, voltam seus julgamentos contra eles mesmos.

A noção de cidadania no projeto neoliberal toma como premissa que cada qual passa a ser mais “cidadão” à medida que consegue, individualmente, se integrar ao mercado, consumidor ou produtor. “Na medida em que o Estado se isenta progressivamente do seu papel de garantidor de direitos, o mercado é oferecido como uma instância substituta para a cidadania” (DAGNINO, 2004, p. 106).

Diferentemente do que ocorre no projeto democrático, que tem na participação seu foco, o projeto neoliberal visa transferir não somente as ações do Estado para a sociedade civil, mas, ao que tudo indica, trabalha para que haja uma transformação de conceitos e significâncias próprias do bem comum.

O processo de sociabilização dos aprendizados da educação não formal está intrínseco nas formas institucionais de participação, tais como conselhos, fóruns, assembleias populares e até mesmos em parcerias (GOHN, 2006, p. 33).

É necessário criar um modelo institucional que permita um leque de possibilidades para que os indivíduos e os diversos grupos da sociedade possam materializar suas demandas culturais e negociá-las com uma mínima segurança de que esse arranjo institucional garanta que, dada a distribuição dos recursos (econômicos ou organizacionais), ninguém seja excluído. (BOTELHO, 2016, p.47)

Para que possamos adentrar o campo da educação não formal proporcionada ou não pelos conselhos gestores, e legitimando o pensamento de que as sociedades estão em constante modificação, o modelo de participação

da sociedade civil, organizada em forma de conselhos, também precisaria acompanhar essa evolução. Pois, além da mudança geracional do pensamento dos diversos membros do corpo social, podemos citar alguns problemas já repetidamente encontrados na atuação dos conselhos, tais como decisões do governo não legitimadas pelo coletivo, nomeação de representantes da sociedade civil sem um processo claro e democrático, manipulação nos processos eleitorais, cooptação de conselheiros, etc. (RAICHELIS, 2000, p. 13).

Logo, alguns conselhos passam a ser julgados com desconfiança pelos indivíduos, uma vez que dentro deles pode haver o desvio do interesse, inicialmente focado na causa como um todo, agora passando a se tratar de uma direção corporativista.

[...] Há um vazio de representação própria, das associações, de formas autônomas de organização. Permanece o grande desafio de repensar a representação e investir nas articulações com os movimentos e associações populares, colaborar para estimular sua auto-organização e auto-representação. (RAICHELIS, 2000, p. 14)

Uma hipótese a ser levantada para uma possível mudança de curso, no caso dos conselhos, seria consolidar estratégias de ressignificação desses órgãos, não permitindo que sua força fosse maior do que a da sociedade civil não organizada, por exemplo, uma vez que “conselhos não podem ser considerados como únicos condutos da participação política e nem exemplos modelares de uma sociedade civil organizada” (RAICHELIS, 2000, p. 12). Caso contrário, cairemos nos mesmos desvios de conduta e significâncias antes mencionados.

Em um ambiente ideal, o papel dos conselhos é transformar-se no lugar de mediação entre os pares, para o papel de facilitador e não de porta-voz. Criar instâncias legais mais fortemente delimitadas. O conselho como um lugar comum de confluência e estudo de demandas. “Passando a considerar a participação institucional como espaço a ser ocupado pela representação popular” (RAICHELIS, 2000, p. 11).

No contexto da ditadura, de “costas para o Estado”, estratégias foram redefinidas, e a movimentação do povo fez com que práticas de participação fossem encaradas como um espaço a ser ocupado dentro da participação institucional (RAICHELIS, 2000, p. 11). Acreditamos que esse movimento educacional possa ser conduzido de forma a retomar a interdependência legítima entre sociedade e Estado e a não propagarmos a ideia, dia após dia, de que o Estado detém o poder de dizer como a sociedade deve agir e pensar, corrompendo as significâncias em seu favor, de forma velada ou não.

Embora a construção e a implantação efetiva sejam lentas, a institucionalização é fundamental para que se encaminhem as diversas demandas da sociedade, mas também para garantir sua participação nas decisões e nos controles e regulamentações. (BOTELHO, 2016, p. 82)

Nada disso tem a ver com descredibilizar as institucionalidades, ao contrário, levantando os questionamentos podemos vislumbrar os pontos a serem modificados para que elas sirvam, no sentido mais primário da palavra, ao corpo social.

UM BREVE RELATO SOBRE A DIDÁTICA DA PARTICIPAÇÃO⁶

Como “educação” e “didática” são termos irmãos, vamos pontuar brevemente os conceitos sobre a Didática da Participação de Ventosa (2016, p. 62-90).

Sobre os “níveis ou “graus” de participação, que são cumulativos, temos o informativo/assistencial (participa recebendo as informações), a participação consultiva (que, além de receber informações, propõe soluções), a participação decisiva (envolvendo a tomada de decisão) e a executiva (participar da tomada de decisão, da execução e da gestão).

O estudioso aponta que um requisito primordial para qualquer processo participativo é a **motivação humana**. Diz que a motivação no ser humano funciona pela junção de três instâncias: (1) **desejo** aliado ao (2) **incentivo**, em conjunto com (3) **facilitadores** capazes de mediar a complexidade da educação para a participação.

Especificamente sobre os **desejos**, Ventosa explica que, no homem, eles podem ser agrupados em o bem-estar (desejo de prazer), a vinculação socioafetiva (pertencimento) e o desenvolvimento pessoal por meio do sucesso (busca de sentido, crescimento pessoal).

Sobre a dimensão social da participação, o especialista estabelece etapas e níveis, estratégicos e progressivos, que vamos descrever a seguir com um exemplo. Porém, enfatiza que nem todo processo participativo precisa cumprir as etapas, sendo importante ter claro o objetivo. Tendo sido alcançado o objetivo, encerra-se o processo.

1) Informação: o indivíduo recebe a informação prévia de que a reunião, sessão, festa, etc. irá acontecer.

2) Análise: após receber a informação, o indivíduo analisa a proposta e decide entrar em contato.

⁶ Nesse ponto, faremos um breve resumo sobre a didática da participação. Esse tema é aprofundando no capítulo três da obra de Ventosa a qual nos referimos (VENTOSA, 2016, p. 62 - 90).

3) Valorização: após a análise da proposta, o indivíduo decide dar sua opinião sobre ela, denotando um comprometimento pessoal maior.

4) Iniciativa: o indivíduo agora deixa de ser receptivo ou reagente e passa a participar proativamente, trazendo ideias para dentro do grupo e iniciando o processo de apropriação do projeto.

5) Compromisso: atingindo o nível mais alto de participação, o indivíduo compromete-se com o desenvolvimento daquilo que foi proposto e decidido.

O fator educacional é um mote seguro para a retomada de ressignificação da questão da participação social. Em todos os níveis – escolar, informal, acadêmico, familiar, não formal –, faz-se urgente uma reeducação, pois é a divisa que imunizará a sociedade contra as manipulações individualistas que encontramos no decorrer da vida em sociedade.

REFERÊNCIAS

- BÉRA, Matthieu; LAMY, Yvon. *Sociologia da Cultura*. São Paulo: Edições SESC, 2015.
- BOTELHO, Isaura. *Dimensões da Cultura: Políticas Culturais e seus desafios*. São Paulo: Edições SESC., 2016.
- COULANGEON, Philippe. As Políticas Culturais diante dos critérios de Justiça: reflexões a partir do caso francês. *Revista Observatório Itaú Cultural*, n. 12, maio/ago. 2011.
- DAGNINO, Evelina. Sociedade Civil, participação e cidadania: do que estamos falando? In: *Políticas de Ciudadanía y sociedad civil em tiempos de globalización*. Caracas, FACES, Universidad Central de Venezuela, 2004.
- GOHN, Maria da Glória. Educação não formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. In: *Ensaio*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 50, p. 27-38, jan./mar. 2006.
- RAICHELIS, Raquel. Democratizar a Gestão das Políticas Sociais – um desafio a ser enfrentado pela sociedade civil. In: *Política Social Mód. 03*. Brasília, CFESS, ABEPSS, CEAD/NED - UNB, 2000.
- VENTOSA, Victor J. *Didática da Participação: teoria, metodologia e prática*. São Paulo: Edições SESC, 2016.